

Instante

pezco
pesquisa &
consultoria



Siga a Pezco no
twitter
Pezconomics
www.twitter.com/pezconomics

Foco: PPP:estado de parceria

Errata: E os resíduos? Leia o artigo na íntegra. Por problemas técnicos, o texto foi publicado incompleto.

A semana: desempenho do mercado e calendário econômico

Fundamentos da economia: atividade, preços, fiscal e externo

Cenário econômico até 2011 e indicadores selecionados de infraestrutura

Imprensa: Pezco na mídia

Agende-se: Agências reguladoras: Papel e atuação no setor elétrico.



Foto:Thelma. Buenos Aires, Argentina 2010. Proibida reprodução não autorizada.

São Paulo

Frederico Araujo Tuolla fredtuolla@pezco.com.br
Maria Fernanda Freire de Lima mflima@pezco.com.br
Thelma Harumi Ohira thohira@pezco.com.br
Erika Roberta Monteiro erika@pezco.com.br
Marcio Gabrielli marciogabrielli@pezco.com.br
Matias Chambouleyron matias@pezco.com.br

Porto Alegre

Jorge Luiz Dietrich dietrich@pezco.com.br

Administrativo e Editorial

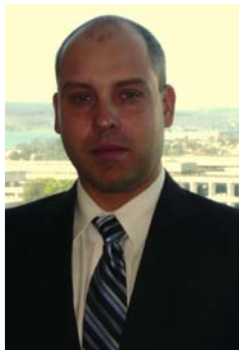
Ana Cássia Pereira Silva anacassia@pezco.com.br
Tel/fax: +55 11 3582 5509

Treinamentos

Daniel Sales daniel.sales@pezco.com.br
Tel: +55 11 8635 5193

Foco

PPP: estado de parceria



Pablo Fonseca Pereira dos Santos
pablo.santos@planejamento.gov.br

Pode ser surpreendente saber que o Brasil tem hoje o maior programa de participação privada em infraestrutura (PPI) entre os países em desenvolvimento. De acordo com o banco de dados de PPI do Banco Mundial, os investimentos totais em infraestrutura com participação privada no Brasil totalizaram pouco mais de US\$ 220 bilhões entre 1990 e 2008 (a preços de 2008), seguidos pela Índia (US\$ 123,8 bilhões) e China (US\$ 107,3 bilhões).

A consolidação da estabilidade macroeconômica na última década e do arcabouço regulatório-jurídico foram os principais fatores por trás desses números. No entanto, até 2004, projetos de infraestrutura – como estradas em que a cobrança de pedágio era possível, porém não financeiramente atraente para os investidores privados a não ser a valores inviáveis para os usuários – não poderiam receber complementação de receitas pelo governo devido à falta de previsão legal. Pela mesma razão, os projetos públicos de infraestrutura que não admitiam cobrança de tarifas, tais como presídios, simplesmente não poderiam ser desenvolvidos sob a égide de um arranjo de participação privada.

A Lei 11.079/2004, chamada Lei das PPPs, preencheu estas lacunas, mas, ao mesmo tempo introduziu uma idiosincrasia na terminologia do investimento público-privado que precisa ser esclarecida. Concessões, arrendamentos e similares não são chamados de PPP no Brasil. A lei deu ao acrônimo um sentido mais estrito relativamente ao seu uso no Reino Unido e em outros países.

A PPP se estabelece para dois tipos de contratos: o primeiro é um contrato do tipo *Design-Build-Operate-Transfer* (DBOT) ou *Build-Operate-Transfer* (BOT) que, além da tarifa, inclui subsídios pagos ao parceiro privado (chamados de contraprestação pela Lei das PPPs). O segundo é um contrato, também DBOT ou BOT, para prestação de serviços ao público ou ao governo, remunerado apenas pelo pagamento de contraprestação. Em ambos os casos, os pagamentos da contraprestação estão sujeitos à disponibilidade do serviço e a indicadores de desempenho, em contratos de longo prazo (mais de cinco anos) e de larga escala (acima de R\$ 20 milhões).

“As experiências estaduais são, até agora, bastante promissoras. Muitos projetos em andamento pertencem a setores cuja expansão da oferta e melhoria da qualidade do serviço se fazem urgentes, como saúde e prisões que, no Brasil, são primordialmente responsabilidade dos governos locais”.

A promulgação da Lei de PPP em dezembro de 2004 foi cercada de muita expectativa. A nova Lei forneceu ao governo uma ferramenta de gestão eficaz para a melhoria na qualidade da prestação de serviços públicos, que é amplamente reconhecida como insatisfatória. Tornou também diversos projetos de infraestrutura financeiramente viáveis, e criou uma nova forma de envolvimento do setor privado na prestação de serviços públicos, como saúde, educação e segurança pública.

Assim como ocorreu em outros países, o ritmo de projetos de PPP foi inicialmente lento em parte porque a nova legislação introduziu elementos inovadores no design dos contratos administrativos. Por exemplo, um contrato de PPP deve indicar claramente a alocação dos riscos e a vinculação entre os pagamentos da contraprestação e o cumprimento dos indicadores de desempenho. Embora nada impeça a utilização de tais disposições nas formas mais tradicionais de contratação, elas eram raras e a maioria dos agentes públicos e privados não estavam familiarizados com seu uso.

A elaboração dos contratos de PPP, portanto, acabou se mostrando mais complexa e demorada. Ao mesmo tempo, havia uma carteira de projetos de concessão comum, viáveis apenas com as receitas obtidas junto aos usuários, que poderiam ser implementados mais prontamente, tais como usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e rodovias.

Houve também alguma resistência política. A PPP foi inicialmente erroneamente confundida com privatização, ignorando-se a obrigatoriedade de reversão ao governo de todos os ativos da concessão ao final do prazo do contrato.

No entanto, a contratação de PPP vem finalmente ganhando força, com os governos estaduais na vanguarda. Até julho deste ano, eles haviam assinado treze contratos, com um montante de investimentos estimados em R\$ 5,6 bilhões. Como a resistência política diminuiu e os atores dos setores público e privado estão mais bem capacitados para esse tipo de contrato, mais projetos de PPP estão sendo desenvolvidos.

“Continua”

Bacharel em economia, UnB
Mestre em Administração Pública,
Universidade de Columbia, EUA.

Analista de Finanças e Controle,
Tesouro Nacional (desde ago.
2001)

Ex-Coordenador Geral de
Assuntos Econômico-Financeiros,
Secretaria de Assuntos
Internacionais do Ministério da
Fazenda

Assessor Econômico da Unidade
de PPP, Ministério do
Planejamento.

* Baseado em artigo publicado na *Partnerships Bulletin* em 09 de agosto de 2010.

Foco

Há várias outras parcerias em preparação ou em licitação. Um número crescente de estados e municípios está recorrendo à Unidade de PPP do Ministério do Planejamento para assessoria e apoio financeiro ao desenvolvimento de estudos de viabilidade.

As experiências estaduais são, até agora, bastante promissoras. Muitos projetos em andamento pertencem a setores cuja expansão da oferta e melhoria da qualidade do serviço se fazem urgentes, como saúde e prisões que, no Brasil, são primordialmente responsabilidade dos governos locais.

Dois projetos que estão progredindo bem são o Hospital Subúrbio na Bahia e as PPPs para construção e operação de presídios em Minas Gerais e Pernambuco.

O Hospital Subúrbio é a primeira PPP para a prestação de serviço de saúde no Brasil, cuja operação teve início em agosto. O valor do pagamento da contraprestação depende do cumprimento de indicadores de desempenho, um dispositivo ainda pouco comum na administração do nosso sistema de saúde universal e gratuito.

Já a operação dos presídios mineiro e pernambucano deverá ter início em 2011. Eles serão a primeira experiência brasileira de participação privada em uma penitenciária por meio de um contrato de prestação de serviços precedida da execução de obras.

Mas esse é apenas o começo. Há também grandes investimentos em PPPs, em operação ou em desenvolvimento, de rodovias e transporte público. Este último constitui um importante gargalo nas grandes cidades brasileiras, onde o tráfego de veículos traz custos crescentes.

Algumas outras PPPs estaduais trazem maiores desafios. Dos doze estádios a serem construídos ou reformados para a Copa do Mundo de 2014, cinco serão PPPs. Os estádios públicos nunca antes foram pensados como um empreendimento empresarial, dando a oportunidade de participação de investidores privados nesse setor pela primeira vez.

No entanto, a capacidade desses projetos em gerar receitas depois da Copa do Mundo é bastante incerta e, no momento, seu custo-benefício é questionável.

Desafiadoras ou promissoras, as PPPs estão criando muitas oportunidades de investimento e paulatinamente moldando uma nova forma de provisão de serviços públicos com participação privada.

Os investidores estrangeiros têm muito a contribuir a esse processo, não apenas financeiramente, mas principalmente com sua expertise.

O Brasil possui o maior programa de participação privada entre os países em desenvolvimento e é um dos maiores destinos de Investimentos Diretos Estrangeiros. Os investimentos estrangeiros sempre fizeram parte do nosso sucesso – e continuarão a fazer graças às PPPs.

Foco

E os resíduos?



Pedro Simões
psimoes@civil.ist.utl.pt



Thelma Harumi Ohira Rodini Luiz
thohira@pezco.com.br

“Portugal é um exemplo claro dos benefícios que a implementação de um regulador pode trazer ao setor”.

*Pedro Simões
Doutorando e Mestre em
engenharia civil pelo IST-
Universidade Técnica de Lisboa.*

*Thelma Harumi Ohira Rodini Luiz
Economista, USP- RP
Mestre em Economia, ESALQ
Doutoranda, IST /Lisboa
Sócia, Pezco.*

O serviço de resíduos sólidos tem sido visto, como uma “pedra (crescente) no sapato” dos governantes municipais. A realidade é caracterizada por uma escassa ou total ausência de receita pelo serviço prestado, mas não possibilita, ainda assim, que os políticos cessem o serviço de utilidade pública. Além disso, a evolução global das sociedades tem como aliado uma crescente produção de resíduos, o que acrescido aos métodos de tratamento tradicionalmente adotados (aterro sanitário), torna esta questão um problema sério de gestão.

Perante este cenário, os governantes devem se conscientizar de que o serviço de resíduos sólidos é, de fato, um problema atual e que carece de medidas urgentes. A necessidade de impor ao usuário o real custo pelo serviço de resíduos, em muito ameaça a estabilidade política e a possibilidade de uma reeleição. Neste sentido, há a necessidade da criação de uma entidade reguladora independente, baseada na defesa dos interesses do consumidor, garantindo os níveis de qualidade de serviço adequados e as obrigações de serviço público, sem esquecer a sustentabilidade dos serviços e isto pode ser uma solução com plena viabilidade. Ademais, um regulador independente reúne em si o ônus da necessidade de garantir sustentabilidade ao serviço, ou seja, dos aumentos tarifários e cobrança pelos serviços de resíduos sólidos.

Portugal é um exemplo claro dos benefícios que a implementação de um regulador pode trazer ao setor. A implementação de métodos de avaliação de desempenho (*benchmarking*), mediante um conjunto de indicadores, têm instigado nos operadores incentivos com resultados evidentes da qualidade de serviço, sem nunca descuidar da viabilidade econômica dos mesmos.

Atualmente, a regulação da qualidade de serviço desempenhada pelo regulador nacional português (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos – ERSAR) é baseada na regulação *sunshine*, que é a publicitação e a discussão dos resultados. Compreende um conjunto de 20 indicadores de desempenho desagregados em: a) defesa dos interesses dos usuários, b) sustentabilidade da entidade gestora e c) sustentabilidade ambiental. Neste domínio, além da definição de valores de referência, a qualificação dos resultados (para cada indicador com uma bola vermelha, amarela ou verde), pressiona e promove a busca e os incentivos de desempenho aos operadores.

No entanto, apesar dos claros resultados obtidos e das provas dadas pelos serviços portugueses, o alcance do serviço universal, a definição dos indicadores de desempenho e, sobretudo, a definição dos valores de referência, tiveram um desenvolvimento e um processo de consolidação balizado pela cautela e pelo cuidado. A definição de indicadores de desempenho requer muitos *inputs* ou o estabelecimento de metas extremamente ambiciosas (dependendo do atual *status* de atendimento do serviço) e pode levar não só à perda de motivação por parte das entidades reguladas, assim como à perda de recursos na dedicação exclusiva ao valor de referência, preterindo os alternativos arranjos e ajustes internos a cada empresa.

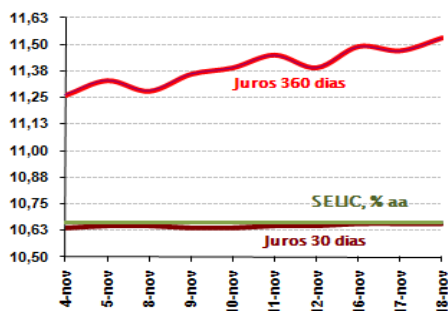
Dando os seus primeiros passos em conformidade com a lei, em agosto deste ano e após mais de duas décadas de discussões sobre o tema, o Brasil sancionou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/10, que regulamenta os serviços de resíduos sólidos. Ela articula e fortalece a implementação da Lei nº 11.445/07 do Saneamento Básico. Entre seus princípios estão a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos considerando as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, técnica e de saúde pública, além do poluidor-pagador e protetor-recebedor. Dentre seus objetivos estão a proteção da saúde pública e ambiental, a adoção de padrões sustentáveis em um ambiente de gestão integrada dos resíduos sólidos capazes de articular as esferas do poder público e o setor empresarial.

As agências e entidades de regulação de serviços existentes, que no Brasil encontram-se de maneira não centralizada, começam agora a dar atenção para os serviços de resíduos sólidos e, mesmo com todas as interfaces das variáveis de saúde e ambiente, podem ser vistos como um negócio, deixando de lado a visão antiga de assistencialismo. Como em Portugal, há a preocupação de se aplicar a boa regulação levando em consideração os usuários, o grau de desempenho pelos serviços e sustentabilidade econômico-financeiro e ambiental.

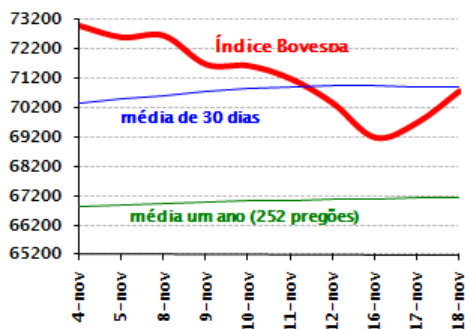
Existem ainda muitos e grandes desafios pela frente relacionados à gestão dos resíduos sólidos e à prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no Brasil, mas exemplos internacionais são capazes de revelar que o caminho que se percorre aqui pode estar correto, ou seja, a busca pelo serviço eficiente, tanto para usuários (adquirem os serviços a preços módicos,) quanto para os prestadores (capazes de manter o equilíbrio econômico-financeiro) e os reguladores (que conseguem a viabilidade econômica para manter os interesses dos agentes alinhados).

A semana

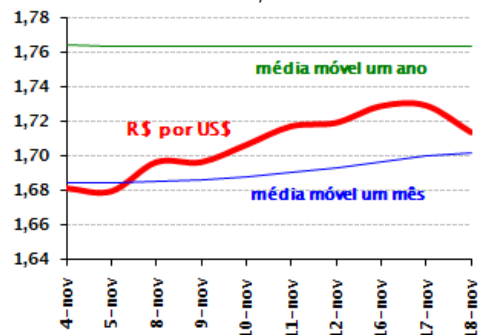
Renda fixa
As taxas de juros



Renda variável
A bolsa



Câmbio
R\$/US\$

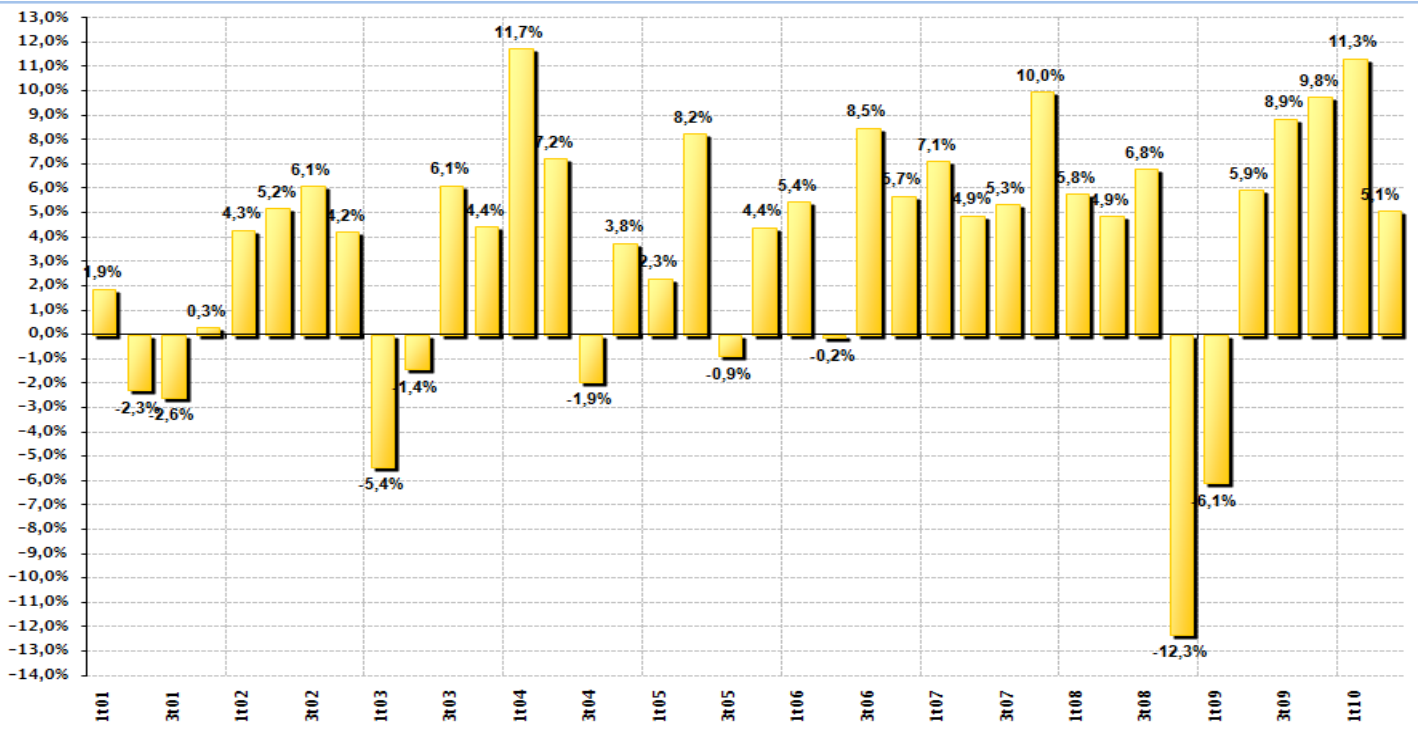


programe sua semana

DIA	INDICADORES ECONÔMICOS	EVENTOS/ FERIADOS
22 SEG	4-Week Bill Announcement, U.S. Department of the Treasury	
23 TER	IPC-S, Q3, FGV, Novembro 2010 (Pezco:0,83% dado anterior:0,72%) IPCA-15, IBGE, Novembro (Pezco:0,77% dado anterior:0,62%) ICSC-Goldman Store Sales, ICSC Redbook, Redbook Research GDP, Q3p Corporate Profits, BEA, Q3:10 Existing Home Sales, National Association of Realtors, Oct	
24 QUA	Sondagem do Consumidor, FGV, Novembro IPC-S Capitais, Q3, FGV, Novembro 2010. Pesquisa de Emprego e Desemprego, DIEESE, Outubro IPC-Mensal 43, Fipe, Outubro 2010. (Pezco:0,84% dado anterior:0,87%) MBA Purchase Applications, Mortgage Bankers Association. EIA Petroleum Status Report, EIA. Durable Goods Orders, Oct Personal Income and Outlays, Oct Jobless Claims, U.S. Department of Labor. Consumer Sentiment, Nov New Home Sales, Oct FHFA House Price Index, Sep	
25 QUI	INCC-M, FGV, Novembro Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, Outubro (Pezco: 5,7% dado anterior:6,2%)	
26 SEX	Fed Balance Sheet, Federal Reserve Board of Governors. Money Supply, Federal Reserve Board of Governors	

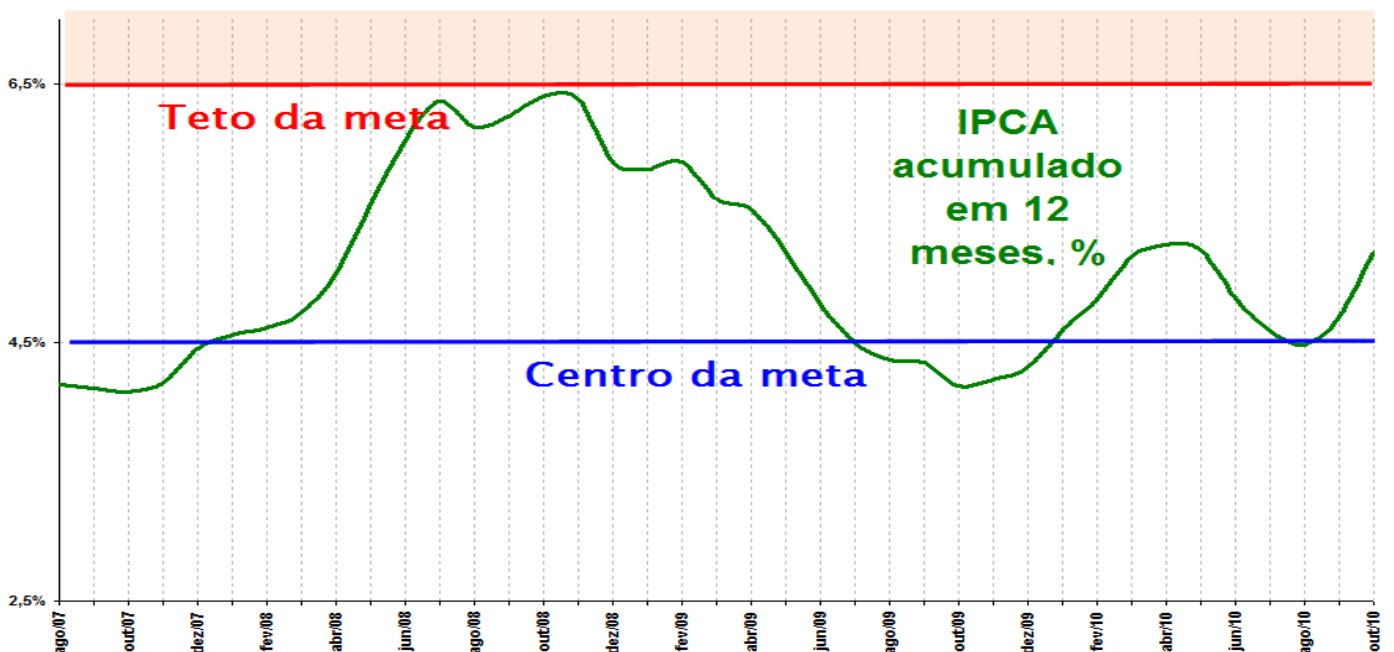
Atividade e Preços

ATIVIDADE: O Brasil cresceu 5,1% no segundo trimestre de 2010, em termos anualizados, e a economia ficou 8,8% acima do que se encontrava no segundo trimestre de 2009.



Fonte: IBGE

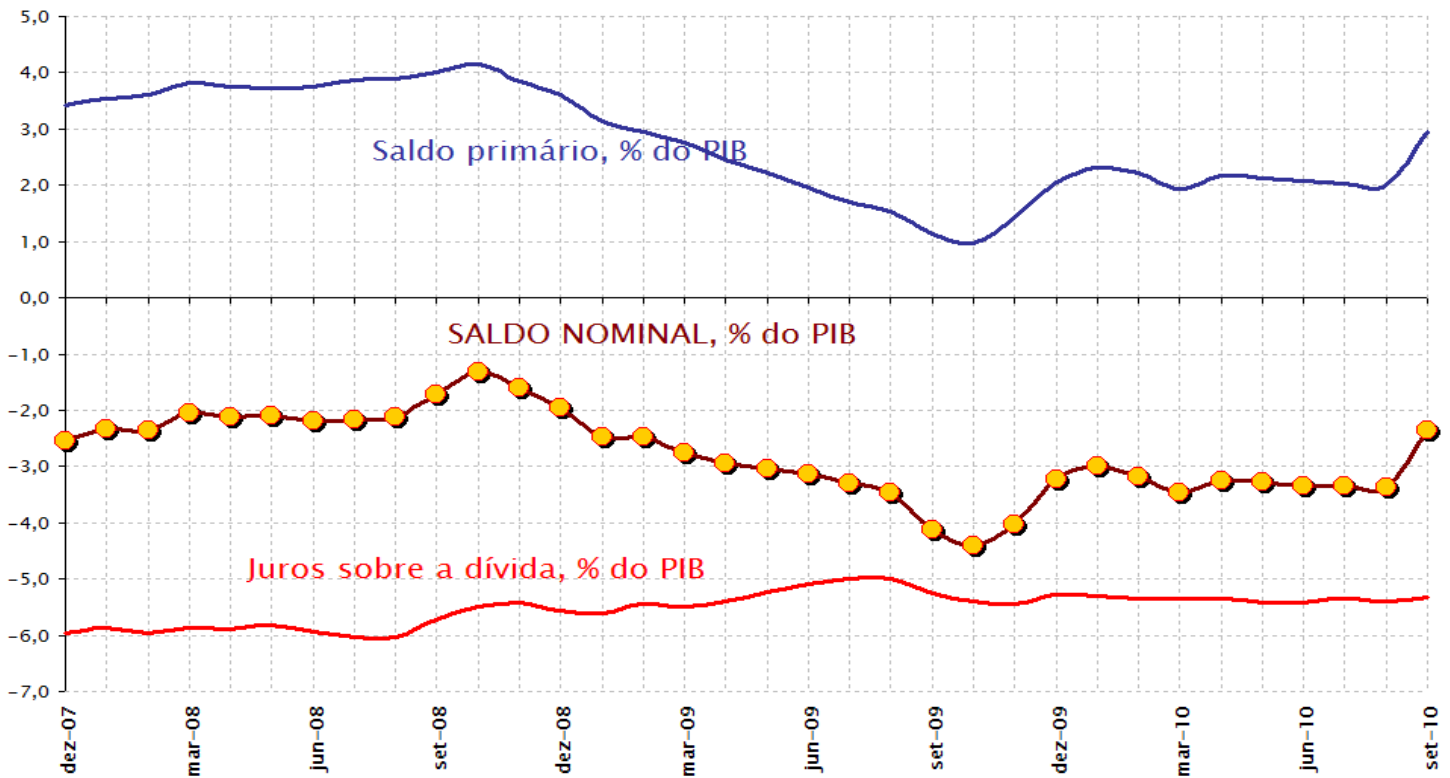
INFLAÇÃO: A convergência para a meta já ocorreu. A atenção agora se volta para o ritmo da retomada da economia, que pode introduzir novas pressões.



Fonte: Banco Central do Brasil

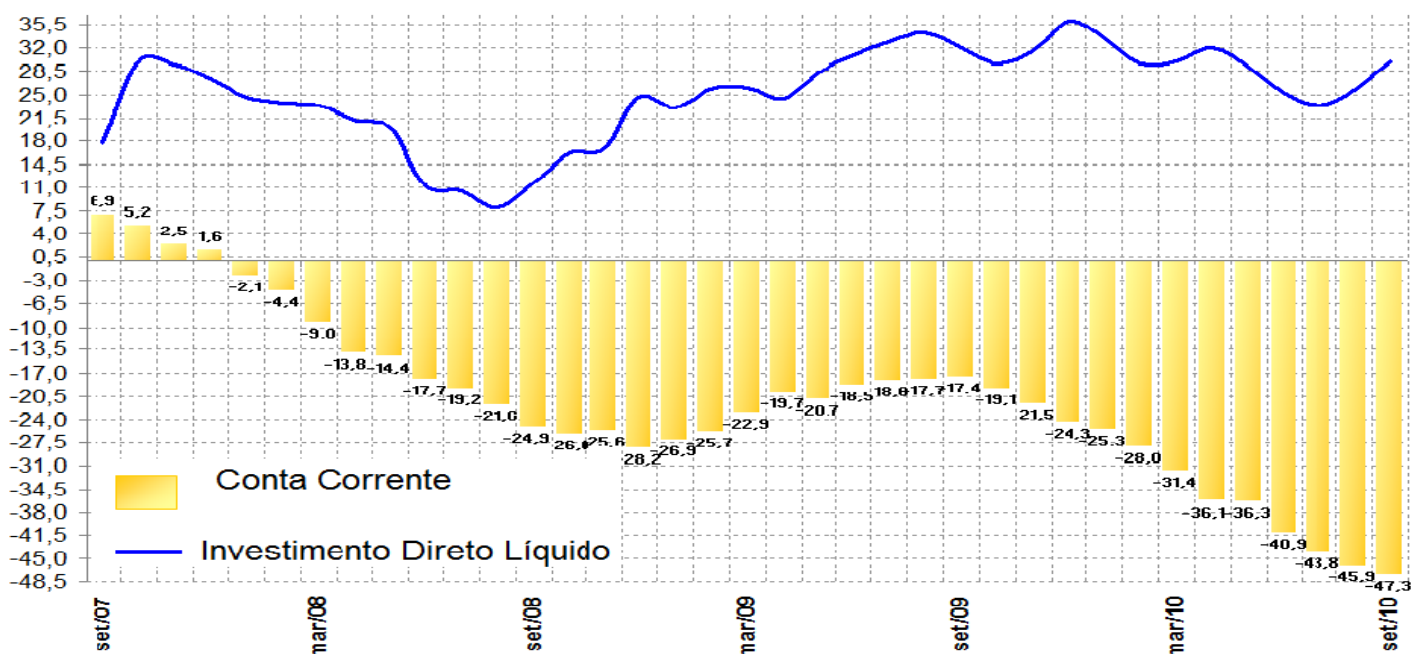
Como andam os fundamentos?

CONTAS PÚBLICAS: toda atenção neste item será pouca! É fundamental monitorar a evolução do superávit primário: uma mudança de política não é bem vinda.



Fonte: Banco Central do Brasil

SETOR EXTERNO: embora as atenções se voltem para a piora da conta corrente, o financiamento externo é sólido, principalmente através do investimento direto estrangeiro



Fonte: Banco Central do Brasil

Brasil – cenário econômico

O principal risco vem das contas públicas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010P	2011P
Setor Real								
PIB(R\$ bi)	1.941,5	2.147,2	2.332,9	2.558,8	2.849,0	2.966,0	3.304,4	3.570,3
PIB (US\$ bi)	663,8	882,4	1.088,9	1.333,8	1.573,3	1.451,4	1.840,9	1.904,2
Varição do PIB real (%)								
Consumo das famílias (peso 2006 = 59,7%)	3,8	4,5	5,2	6,1	7,0	4,1	6,0	3,5
Consumo do Governo (peso 2006 = 20,3%)	4,1	2,3	2,6	5,1	1,6	3,7	4,5	1,9
Investimento (peso 2006 = 17,0%)	9,1	3,6	9,8	13,9	13,4	-9,9	15,0	9,3
Exportação (peso 2006 = 14,6%)	15,3	9,3	5,0	6,2	-0,6	-10,3	9,1	11,6
Importação (peso 2006 = -11,6%)	13,3	8,5	18,4	19,9	18,0	-11,4	25,0	17,3
PIB – Ótica da Oferta (valor adicionado – preços básicos var. anual % a.a.)								
Agropecuária (peso 2006 = 5,45%)	2,3	0,3	4,8	4,8	5,7	-5,2	9,0	3,2
Indústria (peso 2006 = 28,80%)	7,9	2,1	2,2	5,3	4,4	-5,5	10,9	4,5
Extrativa Mineral	4,3	9,3	4,4	3,7	4,9	-0,2		
Transformação	8,5	1,2	1,0	5,6	3,2	-7,0		
Construção Civil	6,6	1,8	4,7	4,9	8,2	-6,3		
Prod. e dist. de eletricidade, gás e água	8,4	3,0	3,5	5,4	4,8	-2,4		
Serviços (peso 2006 = 65,75%)	5,0	3,7	4,2	6,1	4,8	2,6	5,3	3,4
Comércio	7,2	3,4	6,0	8,4	6,1	-1,2		
Transp., armazen. e correio	5,9	3,5	2,1	5,0	3,4	-2,3		
Serviços de informação	5,5	4,0	1,6	7,4	8,9	4,9		
Interm. financeira, previd. complementar	3,7	5,3	8,4	15,1	13,0	6,5		
Outros Serviços	5,5	5,4	4,0	4,8	4,2	5,1		
Atividades imobiliárias e aluguel	3,9	4,7	3,0	4,9	1,6	1,4		
Admin., saúde e educação públ.	3,8	1,1	3,3	2,3	1,5	3,2		
Preços								
IPCA (%)	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	5,4	4,8
Comercializáveis	6,3	2,7	1,3	4,7	7,0	2,6		
Não – Comercializáveis	6,9	6,4	4,0	6,7	7,1	5,5		
Itens Livres	6,5	4,3	2,6	5,7	7,1	4,2		
Preços Administrados	10,2	9,0	4,3	1,7	3,3	4,7		
IGP-M (%)	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	4,6	10,3	5,0
Setor Público								
Dívida Líquida Setor Público (% PIB)	47,0	46,5	50,0	42,8	38,4	42,8	41,5	40,8
Dívida Líquida Setor Público (R\$ bi)	912,5	998,5	1.184,9	1.111,8	1.008,5	1329,4	1.412,2	1.525,0
Participação prefixado dív mobiliária % (posição custódia)	22,6	28,7	33,8	39,5	31,3	32,0		
Saldo primário setor público, % PIB	3,8	3,9	3,2	3,4	3,5	2,1	2,1	1,9
Setor Externo								
Transações Correntes/PIB (%)	1,8	1,6	1,3	0,1	-1,9	-1,3	-2,4	-2,3
Transações Correntes (US\$ bi)	11,7	14,2	13,6	3,6	-27,0	-19,6	-50,0	-69,0
Balança comercial	33,6	44,7	46,5	40,0	24,8	25,3	17,0	15,5
Balança de serviços	-4,7	-8,3	-9,6	-13,1	-16,2	-19,3	-25,0	-30,0
Rendas	-20,5	-26,0	-27,5	-29,3	-39,7	-33,7	-40,0	-38,0
Transferências unilaterais	3,2	3,6	4,3	4,0	4,1	3,3	3,6	4,0
Invest Estrangeiro Direto (US\$ bi)	8,3	12,5	-9,4	27,5	5,7	36,0	20,0	-17,8
Invest Estrangeiro no Brasil (líquido)	18,1	15,1	18,8	34,6	45,1	25,9	34,0	28,0
Investimento Brasileiro no Exterior	9,8	2,5	28,2	7,1	39,4	-10,1	10,0	10,2
Mercado financeiro								
Taxa de juros Selic, % aa – fim período	17,50	18,24	13,19	11,18	13,66	8,75	10,75	11,50
Taxa de juros Selic, % aa – acumulada	16,24	19,05	15,08	11,88	12,49	9,93	10,61	11,40
Taxa de câmbio, R\$/US\$ – fim período	2,65	2,34	2,14	1,77	2,34	1,75	1,80	1,90
Índice Bovespa, pontos – fim período	26196	33455	44474	63886	37550	68.588		
Mercado de Trabalho (%)								
Taxa de desemprego – média (IBGE)	11,5	9,9	10,0	9,3	7,9	8,1	7,3	6,8
Taxa de desemprego – Reg. Metropolitanas (SEADE)	19,6	17,9	16,8	15,5	14,1	14,2	13,5	12,0
Rating soberano moeda estrangeira (entre parênteses: nota equivalente na escala 0 a 10) (amarelo = grau especulativo; azul = grau de investimento)								
Fitch								
Moody's	BB- (5,7)	BB- (5,7)	BB (6,0)	BB+ (6,3)	BBB- (7,0)	BBB- (7,0)	BBB (7,3)	BBB (7,3)
Standard and Poors'	B1 (5,3)	Ba3 (5,7)	Ba2 (6,0)	Ba1 (6,3)	Ba1 (6,3)	Baa3 (7,0)	Baa2 (7,3)	Baa2 (7,3)
	BB- (5,7)	BB- (5,7)	BB (6,0)	BB+ (6,3)	BBB- (7,0)	BBB- (7,0)	BBB (7,3)	BBB (7,3)

Indicadores selecionados de infraestrutura

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010P
Transporte Aéreo									
Passageiros Domésticos (milhões)	-	61,27	71,49	83,48	90,01	97,95	99,01		
Passageiros Internacionais (milhões)	-	9,95	11,22	12,60	12,18	12,62	13,17		
Carga Doméstica (milhões kg)	-	657,39	717,69	752,30	641,46	620,89	627,93		
Carga Internacional (milhões kg)	-	557,22	640,83	607,84	588,22	697,73	625,07		
Pousos e Decolagens (milhares)	-	1765,60	1790	1841	1919	2042	2127,88		
Domésticos	-	1649,31	1655,76	1698,64	1781,79	1884,14	1964,23		
Internacionais	-	116,28	134,55	142,58	136,75	157,89	163,65		
Ferrovias									
Evolução da produção de transporte (bilhões de TKU)	170,18	182,64	205,71	221,63	238,05	257,12	-		
Evolução do índice de acidentes (acidentes por milhão de Km)	43,6	35,7	32,0	31,8	23,0	14,0	-		
Transporte Rodoviário									
Passageiros Transportados (milhões) ¹	131,68	128,37	133,69	137,17	132,61	127,63	-		
Volumes de veículos-rod concedidas (milhões)	557,27	553,08	603,07	643,44	657,19	706,69	-		
Venda de veículos bicombustível (% sobre o total)	-	6,8	25,2	52,2	78,1	85,6	88,0		
Saneamento Básico									
Cobertura de domicílios por rede de água (% ligação a rede geral)	81,96	82,52	82,23	82,32	83,21	83,32	-		
Cobertura de domicílios por rede de esgoto (% ligação a rede geral)	46,46	47,97	48,03	48,24	48,47	51,33	-		
Coleta de lixo (% de domicílios com coleta direta)	76,50	78,16	77,18	78,77	79,61	79,93	-		
Telecomunicações									
Telefones em serviço por 100 habitantes (teledensidade)	42,90	48,30	58,70	68,10	73,90	84,30	99,4		
Teledensidade fixa em serviço (por 100 hab)	22,60	22,20	22,10	21,50	20,70	20,70	21,3		
Teledensidade celular (acessos por 100 hab)	20,30	26,20	36,60	46,60	53,20	63,60	78,1		
TV por Assinatura (100 dom)	7,70	7,60	7,90	8,30	8,90	10,20	11,7		
Conexões Banda Larga (milhares)	692	1236	2299	3856	5656	7718	10010		
Evolução do acesso à internet banda larga (milhares)									
ADSL	-	983	1883	3092	3359	4573	6340		
TV por assinatura	-	203	367	629	789	1347	2170		
Outros	-	13	30	75	80	120	415		
Energia Elétrica									
Capacidade instalada geração (GW) / previsão ANEEL	82,46	86,51	90,73	93,16	96,63	100,45	-	109,45	114,44
Energia hidráulica	65,31	67,79	69,00	70,86	73,43	76,87	-		
Energia nuclear	2,01	2,01	2,01	2,01	2,01	2,01	-		
Consumo energia elétrica na rede (GWh)									
Residencial	-	-	-	-	85.784	89.885	94.660		
Industrial	-	-	-	-	164.725	175.701	179.977		
Comercial	-	-	-	-	55.224	58.647	62.156		
Outros	-	-	-	-	51.796	54.129	55.971		
Crescimento anual do parque gerador - pot. inst. (MW)	4.638,40	3.998,00	4.234,60	2.425,20	3.935,50	4.028,00	2.158,00	1.177,00	
Taxa de interrupção									
DIPC (horas/ano)*	2,26	1,53	1,53	1,03	0,81	0,58	0,54		
FIPC (vezes/ano)**	2,03	1,41	1,04	0,80	0,75	0,55	0,62		
Acréscimo anual de linhas de transmissão à rede básica (Km)	2.437,90	4.979,90	2.313,50	3.035,70	3.197,52	995,40	3.317,70		
Petróleo e Gás									
Reservas provadas de petróleo (bilhões barris)	9,80	10,60	11,24	11,77	12,18	12,62	12,80		
Produção de petróleo (média milhões barris/dia)	1,39	1,54	1,56	1,77	1,88	1,89	1,92		
Preços componentes do IPCA									
Taxa de água e esgoto (variação %)	9,48	21,00	10,41	13,42	5,03	4,82	7,11	4,92	
Energia Elétrica Residencial (variação %)	19,88	21,37	9,63	8,07	0,28	-6,16	1,11	4,68	
Comunicações	11,27	18,69	13,91	6,45	-0,24	0,67	1,78	1,08	
Ônibus intermunicipal	7,79	18,96	4,84	12,35	8,87	4,19	5,66	6,21	
Avião	54,65	7,20	6,03	28,10	-9,64	3,14	12,17	31,88	

* Duração da interrupção no ponto de controle

** Frequência de interrupção no ponto de controle

¹ Evolução do transporte de passageiros por ligação, inter-regional e regional

Imprensa

Blog do Trevisan: não é o que parece

O professor Leonardo Trevisan lançou um blog que oferece impressões sobre as notícias do cotidiano econômico, político e educacional do Brasil. Trata-se de uma análise crítica da imprensa, que vem atraindo muitos seguidores. O elemento mais interessante da proposta do blog é a ideia de avaliar o que, na imprensa, “não é o que parece”. Às vezes, a divulgação de algumas notícias esconde o seu verdadeiro significado. Trevisan desvenda e desmistifica este significado em seu blog, tornando a leitura da imprensa mais útil e realista. Para isto, ele conta com uma combinação única: possui décadas de experiência na imprensa e o olhar refinado por uma formação acadêmica invejável, é pós-doutor em Economia do Trabalho pela London University e pela Warwick University. O blog pode ser acessado em www.leonardotrevisan.com.br. O blog do Trevisan é mais uma parceria com a Pezco. Além do blog, nesta parceria, Trevisan vai continuar oferecendo análises e palestras sobre o cenário político, econômico e educacional, desenhadas sob medida para as necessidades de empresas, associações e bancos.

Seminário Regulação Elétrica

A ABDIB Educorp realizará o seminário Agências Reguladoras: Papel e Atuação no Setor Elétrico, com o objetivo de analisar as principais atribuições relacionadas à prestação dos serviços públicos no setor elétrico, desde o regramento, fiscalização e controle de tarifas, entre outros. Frederico Turolla vai palestrar no primeiro bloco, que fará um panorama da regulação do setor elétrico no Brasil, junto com o jurista Carlos Ari Sundfeld. O seminário será em 8 de dezembro no Centro Brasileiro Britânico, em São Paulo. As informações podem ser obtidas em seminarios@abdib.org.br

Agências Reguladoras

O Correio Brasiliense procurou a Pezco para uma ampla matéria sobre a politização nas indicações às agências reguladoras, publicada no último domingo, com repercussão em outros portais. A matéria da jornalista Rosana Hessel apontou que “O maior prejudicado com o aparelhamento político das agências reguladoras é o consumidor, pois elas estão cada vez mais enfraquecidas justamente em regulação econômica. Um dos papéis mais importantes desses órgãos é o controle das tarifas e a garantia da concorrência, o que resulta em melhores preços dos serviços para a população. A influência partidária ou de agentes do mercado nas indicações, no entanto, faz com que os interesses do contribuinte fiquem à mercê dos políticos e da iniciativa privada”.

Agência Leia

Frederico Turolla falou à Agência Leia sobre a conjuntura da economia chinesa.

Ciência de Serviços

O trabalho “O processo de internacionalização das empresas de serviço de saneamento”, de Neusa Santos de Souza e de Frederico Turolla foi apresentado pela professora Neusa Santos Souza, que também é mestranda do Programa de Mestrado em Gestão Internacional da ESPM, no 1º Simpósio Brasileiro de Ciência de Serviços – SBCS 2010. O simpósio foi realizado em Brasília e o trabalho foi apresentado no dia 18 de novembro.

Câmara Espanhola

Frederico Turolla palestrou sobre “Infraestrutura e sustentabilidade” na Câmara Espanhola em 19 de novembro.

Prof Marcos de Arruda no Brasil

Em breve, a Pezco trará ao Brasil o consagrado curso do Prof. Marcos de Arruda, da Drexel University (Filadélfia), sobre *capital budgeting*, um assunto oportuno para profissionais envolvidos em projetos de investimento em vários setores.

Agende-se



SEMINÁRIOS ABDIB/EDUCORP DE ENERGIA ELÉTRICA

AGÊNCIAS REGULADORAS:
PAPEL E ATUAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO

08 DE DEZEMBRO DE 2010

SALA CULTURA INGLESA
CENTRO BRASILEIRO BRITÂNICO
Rua Ferreira de Araújo, 741, Pinheiros
São Paulo - SP



O mercado de energia elétrica no Brasil convive, há quase 15 anos, com uma regulação que concilia operadores públicos e privados, fiscalização por agências reguladoras e princípios basilares como realismo tarifário, segurança jurídica e cumprimento de contratos.

Durante esse período, agentes de mercado e autoridades públicas acumularam muita experiência e conhecimento a partir da prática das regras regulatórias existentes e aperfeiçoadas constantemente.

Para fazer uma reflexão sobre as experiências desse período, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), por meio de seu programa de Educação Corporativa (EduCorp), organiza o seminário **Agências Reguladoras: Papel e Atuação no Setor Elétrico**, com o objetivo de analisar as principais atribuições relacionadas à prestação dos serviços públicos no setor elétrico, desde o regramento, fiscalização e controle de tarifas, entre outros.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais de empresas públicas e privadas do setor elétrico e direito e economia da regulação.

VALOR DO INVESTIMENTO

Associados ABDIB - R\$ 500,00

Não associados - R\$ 600,00

INSCRIÇÕES ATÉ 06/12
INFORMAÇÕES: seminarios@abdib.org.br

[CLIQUE AQUI PARA FAZER SUA INSCRIÇÃO](#)

PROGRAMA

8h30 CREDENCIAMENTO

9h00 ABERTURA

PAULO GODOY - Presidente da ABDIB

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES - Presidente do Sistema Eletrobras

9h30 PANORAMA: A REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

CONCEITOS E ANTECEDENTES DA REGULAÇÃO: VISÃO JURÍDICA E ECONÔMICA

CARLOS ART SUNDFELD - sócio da Sundfeld Advogados

FREDERICO ARAÚJO TUROLLA - sócio da PEZCO Pesquisa e Consultoria

ANEEL: 15 ANOS DE ATUAÇÃO NO MERCADO ELÉTRICO BRASILEIRO

NELSON HUBNER (*) - diretor-geral da ANEEL

11h10 INTERVALO PARA CAFÉ

11h30 AGÊNCIAS REGULADORAS E SUAS FUNÇÕES

AGÊNCIAS REGULADORAS: REGRAMENTO; FISCALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO, LICITAÇÕES E LEILÕES, NORMATIZAÇÃO E TARIFICAÇÃO

ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JUNIOR - diretor de regulação técnica e fiscalização dos serviços de energia da ARSESP

PAULO PEDROSA (*) - presidente da ABRACE

12h40 ALMOÇO

14h40 ATRIBUIÇÕES DO REGULADOR

O REGULADOR E A TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

BRITALDO SOARES - presidente da AES Eletropaulo

GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

HERMES CHIPP - diretor-geral do ONS

15h40 INTERVALO PARA CAFÉ

16h00 ATRIBUIÇÕES DO REGULADOR E CONTRIBUIÇÕES

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

MARIA D'ASSUNÇÃO COSTA - sócia da Assunção Consultoria e diretora presidente do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia

A REGULAÇÃO E O MEIO AMBIENTE

ABELARDO BAYMA AZEVEDO (*) - presidente do IBAMA

PERSPECTIVAS PARA O AMBIENTE REGULADO - CENÁRIOS E TENDÊNCIAS

WILSON FERREIRA - presidente da CPFL Energia e vice-presidente da ABDIB

EDUARDO JOSÉ BERNINI (*) - sócio-diretor da Tempo Giusto Consultoria

17h30 ENCERRAMENTO

(*) a confirmar

PEZCO é uma empresa de consultoria econômica brasileira. Somos economistas e estamos associados a advogados, administradores de empresas, engenheiros e outros profissionais. Reunimos a expertise necessária para a análise econômica multidisciplinar, imparcial e de excelência. A equipe e nossos associados/consultores se destacam pela formação acadêmica, experiência e responsabilidade com relação a aspectos como: prazos, confidencialidade e coerência de teses. Nossa visão é a de colaborar com decisões de negócios pró-competitividade e influenciar o desenho de ações econômicas, políticas e regulatórias efetivas, promotoras de bem-estar.

TERMO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Este documento tem como objetivo servir de base para a discussão de elementos do ambiente econômico e setorial, através da compilação de informações e exposição de análises e de pontos-de-vista. Tomamos os melhores cuidados com a confiabilidade das informações e de suas fontes, mas não podemos garantir a exatidão das mesmas ou das análises realizadas sobre elas. Todas as informações aqui contidas a título de “projeção” ou “previsão” se referem a análises com base em elementos e tendências atuais, cujos pressupostos podem mudar significativamente ao longo do tempo. A Pezco Pesquisa e Consultoria Ltda e a Pezco Editora e Desenvolvimento Ltda não se responsabilizam por decisões tomadas com base neste relatório. Tanto Pezco quanto seus eventuais colaboradores e consultores, bem como convidados que figuram neste relatório, podem manter posições em ativos mencionados neste documento, bem como podem estar participando ou ter participado de projetos de consultoria/assessoria relacionados a organizações e pessoas aqui mencionadas. Os profissionais que figuram neste documento não são, necessariamente, vinculados a Pezco em qualquer aspecto. Ainda, no caso deste conteúdo ser distribuído no âmbito de contrato entre Pezco e Internet Securities do Brasil Ltda (Grupo Euromoney), a Pezco garante ter os direitos de utilização econômica e/ou autorais relativos a este material, ou autorização, exceto aqueles dados que estiverem em domínio público. Se o documento foi recebido por engano, ou se não deseja mais recebê-lo, queira responder à mensagem eletrônica com ordem de interrupção do envio como “excluir”, ou enviar e-mail com esta solicitação para pezco@pezco.com.br. Este documento não se destina a oferecer ou solicitar compra ou venda de quaisquer bens ou serviços.

Este relatório também está disponível em:



i-press.biz
economia & mercado

BLOOMBERG PROFESSIONAL ®

Também distribuído por:

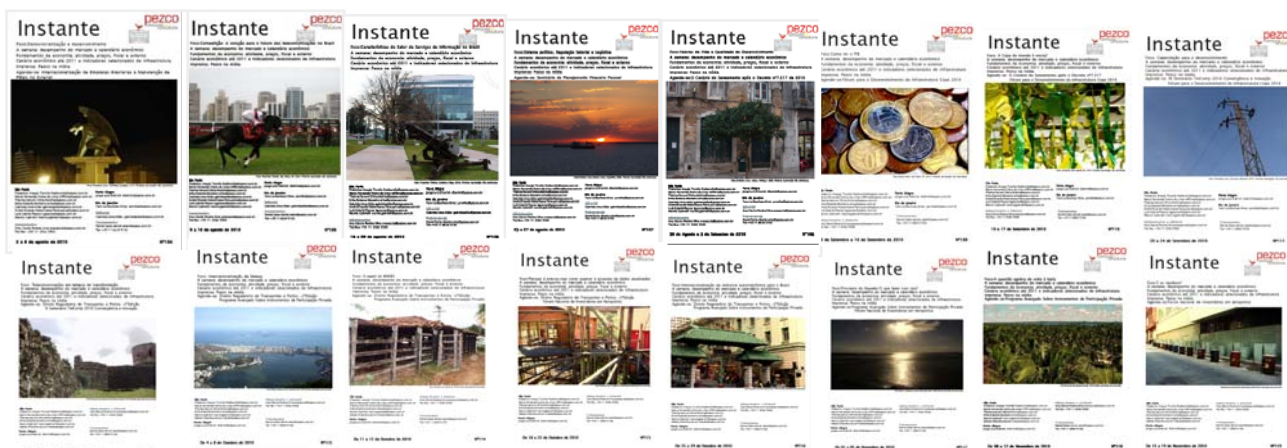


Instante é uma newsletter semanal de temas econômicos, incluindo conjuntura macroeconômica, questões setoriais, infra-estrutura, concorrência e regulação.

Produzida pela Pezco, é distribuída a um mailing selecionado e através de contrato firmado pela Pezco com Euromoney, plataforma Internet Securities.

Sua solicitação pode ser realizada por meio do endereço <http://www.pezco.com.br/?area=news>

Edições anteriores



pezco
pesquisa & consultoria

PEZCO PESQUISA & CONSULTORIA LTDA
R. Dr. Neto de Araújo, 320 cj 1307 - Vila Mariana
04111-001 São Paulo-SP
Telefone: +55 (11) 3582 5509
Website: www.pezco.com.br
E-mail: pezco@pezco.com.br